

Resumo Executivo da Relatoria da II Oficina do Grupo de Trabalho para Elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

*7 a 18 de novembro de 2017
Ilha de Duraka, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.*

Na oficina se reuniram lideranças indígenas e coordenadores indígenas dos PGTAs rionegrinos para avaliar e socializar as etapas de consultas feitas nos meses anteriores e dialogar com instituições públicas. A elaboração dos planos de gestão vem ocorrendo desde 2015 e envolve um amplo processo de pesquisa territorial e consulta à população local. Na primeira oficina do Grupo de Trabalho (GT) PGTA das Terras Indígenas do Rio Negro, ocorrida entre 30 de maio e 09 de junho de 2017 o grupo de lideranças indígenas, equipe do ISA e técnicos da FUNAI discutiram, em grupos por coordenadoria da FOIRN, os resultados do Levantamento Socioambiental realizado em 367 comunidades e sítios, entre setembro de 2016 a março de 2017. Nessa primeira oficina os participantes também se organizaram para apresentar e discutir os resultados e propostas nas comunidades estratégicas das sub-regionais, o que chamamos de consultas PGTAs.

Objetivos da oficina:

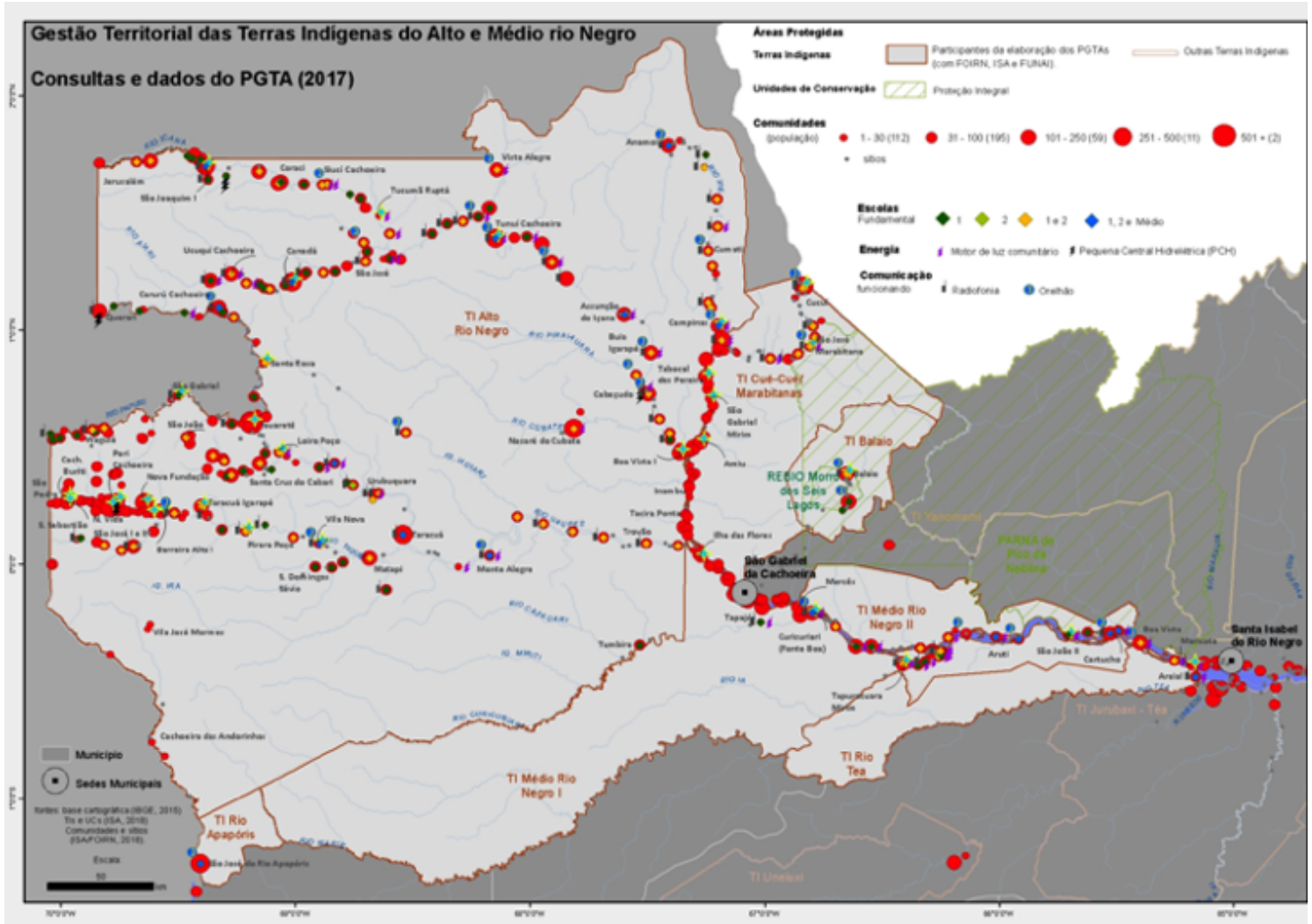
1. Apresentar os resultados das consultas PGTA nas sub-regiões
2. Consolidar os resultados regionais, por Coordenadorias, a partir das consultas PGTAs + encaminhamentos e propostas anteriores (Conferências de Educação, Saúde, Política Indigenista etc)
3. Construir documentos sínteses, com recomendações e propostas em cada um dos temas prioritários para os PGTAs
4. Promover Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas
5. Divulgar Resultados do Levantamento Socioambiental PGTA 2016/2017 para as Instituições Públicas
6. Pactuar agenda de próximos passos na elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro.

Instituições participantes:

ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigojé-Apapóris), DSEI-ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro), FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), FUNAI (Fundação Nacional do Índio), Fundación GAIA, ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), ISA (Instituto Socioambiental), Ministério do Meio Ambiente, SEMEC-SGC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) e UFAM (Universidade Federal do Amazonas).

Número médio de participantes: 60 pessoas

Mapa 1. Dados do levantamento socioambiental e consultas para elaboração dos PGTAs do Rio Negro (2016-17). Laboratório de geoprocessamento do ISA. Renata Alves. 2018.





Sumário do conteúdo resumido das discussões:

- 1. Abertura, trabalho em grupo e apresentação de prioridades das Coordenadorias Regionais da FOIRN. p. 4*
- 2. Roda de debate: Monitoramento, Fiscalização, Proteção Territorial e Ambiental. p. 8*
- 3. Roda de debate: Saúde indígena. p. 10*
- 4. Roda de debate: Educação escolar indígena. p. 12*
- 5. Roda de debate: Soberania Alimentar, Geração de Renda e Valorização do Sistema Agrícola Tradicional. p. 14*
- 6. Roda de debate: Planos de Vida, Planos de Manejo e Mesa de Concertación: experiências das AATIs colombianas. p. 15*
- 7. Roda de Debate: Manejo Ambiental e Pesquisas Interculturais. p. 16*
- 8. Roda de Debate: Governança, Fortalecimento das Associações & Protocolo de Consulta. p. 17*
- 9. Roda de Debate: Patrimônio cultural e valorização dos conhecimentos indígenas. p. 19*
- 10. Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas: Fiscalização e Proteção Territorial e Ambiental. p. 21*
- 11. Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas: Educação. p. 23*
- 12. Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas: Alternativas para Geração de Renda nas Terras Indígenas. p. 26*
- 13. Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas: Saúde. p. 28*
- 14. Avaliação da oficina. p. 31*

Resumo por período, conforme a programação

8/11 - quarta-feira

Abertura, aprovação da programação/objetivos da oficina e fala sobre processo de construção dos PGTAs (curso em 2014, oficinas em 2015, levantamento socioambiental em 2016/17 e consultas em 2017).

Mediadores e apresentadores: Marivelton Barroso e André Baniwa

Apresentação sobre Construção do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena do Rio Negro (PRDIS-RN) em 2002 e 2003 e o processo de transformar políticas públicas de acordo com culturas milenares. Mobilização da época da demarcação e a ciência da população sobre seus direitos. Importância do diálogo entre planos da população indígena e os Planos Plurianuais nas instâncias municipais, estadual e federal.

Divisão em grupos por coordenadoria para destacar prioridades específicas de cada região após rodada de consultas realizadas.

9/11 - quinta-feira

Apresentação dos Grupos por Coordenadoria Regional da FOIRN

Coordenadoria das Associações Indígenas Alto Rio Negro e Xié - CAIARNX:

1-Elaboração de acordos de uso de recurso, território e convivência. Plaqueamento, etnomapeamento, etnozoneamento, acordos de convivência, mediação de conflitos; 2- Melhoria do sistema de saúde. Construção dos polos base em: Ilha das Flores; Cucuí, Vila Nova e Balaio. Construção de posto médico comunitário. Reconhecimento e valorização dos conhecedores de remédios tradicionais, benzedores e parteiras. Construção de um “laboratório” para produção de remédios tradicionais a serem distribuídos para o sistema de saúde indígena do rio Negro. Abastecimento regular das farmácias comunitárias com remédios tradicionais e alopáticos; 3- Projetos de geração de renda através da comercialização de artesanatos e produtos da roça, Realizar oficina sobre a cadeia do artesanato, mobilização para venda na Wariró com explicações sobre formação de preço e contas da loja. Continuar o trabalho de geração de renda a partir dos artesanatos do Rio Negro e do Xié. Oficinas de precificação, formação para estratégias de comercialização com criação de tabela de preço dos produtos. Pesquisas do potencial dos óleos da região para alimentação e cosméticos (piaçava, bacaba, patauí, e umari). Outros produtos potenciais para pesquisa: castanha de Piquiá, frutas do waku, e a fruta da piaçava. Estudo de mercado e mobilização para comércio de farinha. Estimular a relação de troca de produtos entre os indígenas, não só a venda. Oficina de beneficiamento e venda de óleo de copaíba, e tamacuari. Criar local para venda e beneficiamento de produtos da roça, e frutas: açaí, banana, abacaxi, e outras.

4- Melhoria no sistema de educação. Contratação em regime especial de conhecedores tradicionais, reconhecidos pela comunidade, para ensino de matérias especiais relacionadas à cultura e à vida indígena. Observar documentos das conferências e encontros específicos.

Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco - CABAC: 1- Melhoria de serviço de saúde nas comunidades através de polos bases no Içana e afluente; reconstruir polos base de São Joaquim, Tucumã, Canadá, Tunuí e Camarão; abastecimento de água por meio de tecnologias alternativas como carneiro hidráulico, poços artesianos e outros; abastecimento suficiente de polos base com insumos de medicamentos e equipamentos; equipe permanente nos polos base com plano de ação nas comunidades; construção de pequenos postos para os agentes de saúde nas comunidades; construção de um espaço de referência avançada de saúde indígena no polo base de Tunuí; 2 - Monitoramento, fiscalização e vigilância urgente e permanente. FUNAI: garantir permanência de chefe de CTL em Tunuí Cachoeira, equipado, com equipe mínimo e insumos; contratação de Agentes Socioambientais (pesquisadores e Aimas) pelo Município, Estado e Governo Federal; 3- Viabilizar passagem via terrestre nos trechos de Cachoeiras. Governo Federal e Governo Estadual: 3 km de vicinal do remanso de Tunuí até outro lado da comunidade; 19 km de vicinal da comunidade Aracu Cachoeira até Coracy; 5 km do baixo de Wapui Cachoeira até outro lado da comunidade; 4- Criar Escolas Estaduais Indígenas Baniwa de Ensino Médio elaborar e reconhecer os Planos Políticos Pedagógicos Indígenas (PPPIs); Criar e construir Escola Berekeniwa; Escola Ttolee; Escola Kalikattaadapa; Escola Eeno Hiepole; Conselho Estadual de Ed. Escolar Indígena do Amazonas reconhecer PPPIs da Escola Kariamã; mudar local de Escola Duque de Caxias do quartel e construir prédio dentro da comunidade São Joaquim; 5- Tecnologias de Informação e comunicação comunitários e das escolas; 6- Construção de todos os prédios escolares; 7- Energia para comunidades e escolas; 8- Criar e implantar Organização Indígena Baniwa e Koripako junto com Conselho Kaaly, escrever estatuto para organização e regimento interno para o conselho; 9- Criar Instituto de Ensino Avançado Baniwa e Koripako; 10- Implantar Sistema de Sustentabilidade Baniwa e Koripako, Projetos de Educação, patrimônio cultural, geração de renda, sistema agrícola tradicional. 11- Mapeamento e patrimonialização de sítios e bases de conhecimentos tradicionais; 12- Farmácia Viva Baniwa e Koripako.

Coordenadoria das Organizações do Tiquié e Uaupés - COITUA: 1- Terras Indígenas têm que continuar demarcadas. Manter e fortalecer o controle social do movimento indígena. Comunicação com as comunidades sobre os direitos indígenas. Elaborar material que explica os direitos indígenas e levar para comunidades e escolas. Formação política dos jovens. Fiscalização das TIs. garantir representação indígena no poder legislativo. governança indígena do território. 2- Elaborar, reconhecer e implementar PPPIs como meio para as comunidades conhecerem a discussão e prática da educação escolar indígena. 3- Aumentar governança indígena do DSEI/RN. 4- Considerar Pari-Cachoeira e Taracuaá como pontos específicos e estratégicos da região.

Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê - COIDI:

1- Construção e Implementação de Acordos e Regras Internas para Uso do Território e Recursos: i) acordos de pesca e caça; ii) acordos para manejo de recursos do extrativismo; iii) acordos sobre áreas de roçado (em especial em Iauaretê); iv) envolver as comunidades do lado colombiano e fazer acordos binacionais; v) monitorar o cumprimento dos acordos e fazer campanha de conscientização por meio de AIMAs; 2- Sustentabilidade e Geração de Renda: i) comercialização e escoamento dos produtos da roça/extrativismo; ii) estruturação de cadeia de comércio justo para os produtos da roça no Distrito de Iauaretê; iii) iniciativas familiares para criação de animais de pequeno porte (aves, piscicultura, suínos); iv) reativar “programa de merenda regionalizada”, propondo readequações e desburocratização; v) construção de uma central para beneficiamento de frutas e outros produtos da roça em Iauaretê; vi) criação de programas de incentivo para retorno das famílias para suas comunidades de origem; 3- Valorização e Fortalecimento Cultural e dos Conhecimentos Indígenas: i) valorização dos benzedores, por meio da inserção desses profissionais no sistema de saúde e na educação escolar indígena e de projetos específicos; ii) incentivo à transmissão de conhecimentos entre as gerações (benzimentos, danças/cantos, narrativas de origem e lugares sagrados), por meio das famílias, das escolas, projetos específicos e centros de revitalização das culturas indígenas (CERCI e outros); iii) valorização e respeito aos lugares sagrados, através da continuidade dos mapeamentos, registros e divulgação; iv) valorização cultural e dos lugares sagrados através de iniciativas de turismo (roteiro dos lugares sagrados da área da COIDI, desde Ipanoré até Papuri e Alto Uaupés); v) reativação e fortalecimento do CERCI (Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê); 4- Lixo e Saneamento: i) Criação da rede de AIMAs; ii) fortalecimento e expansão da rede de AISAN (Agentes Indígenas de Saneamento); iii) organização da coleta e destinação do lixo nas comunidades; iv) coleta e destinação de pilhas e baterias: associações e AIMAs (onde há) poderiam dar apoio para coleta e transporte; v) implementar programa de saneamento urbano em Iauaretê, conforme previsto no Plano Diretor do município (2005); vi) programa de acesso à água potável: captação de água de chuva, perfuração de poços; 5- Questões Transfronteiriças: i) estabelecer Acordos de Cooperação Binacional (Brasil-Colômbia) na área da saúde, educação e manejo e gestão territorial.

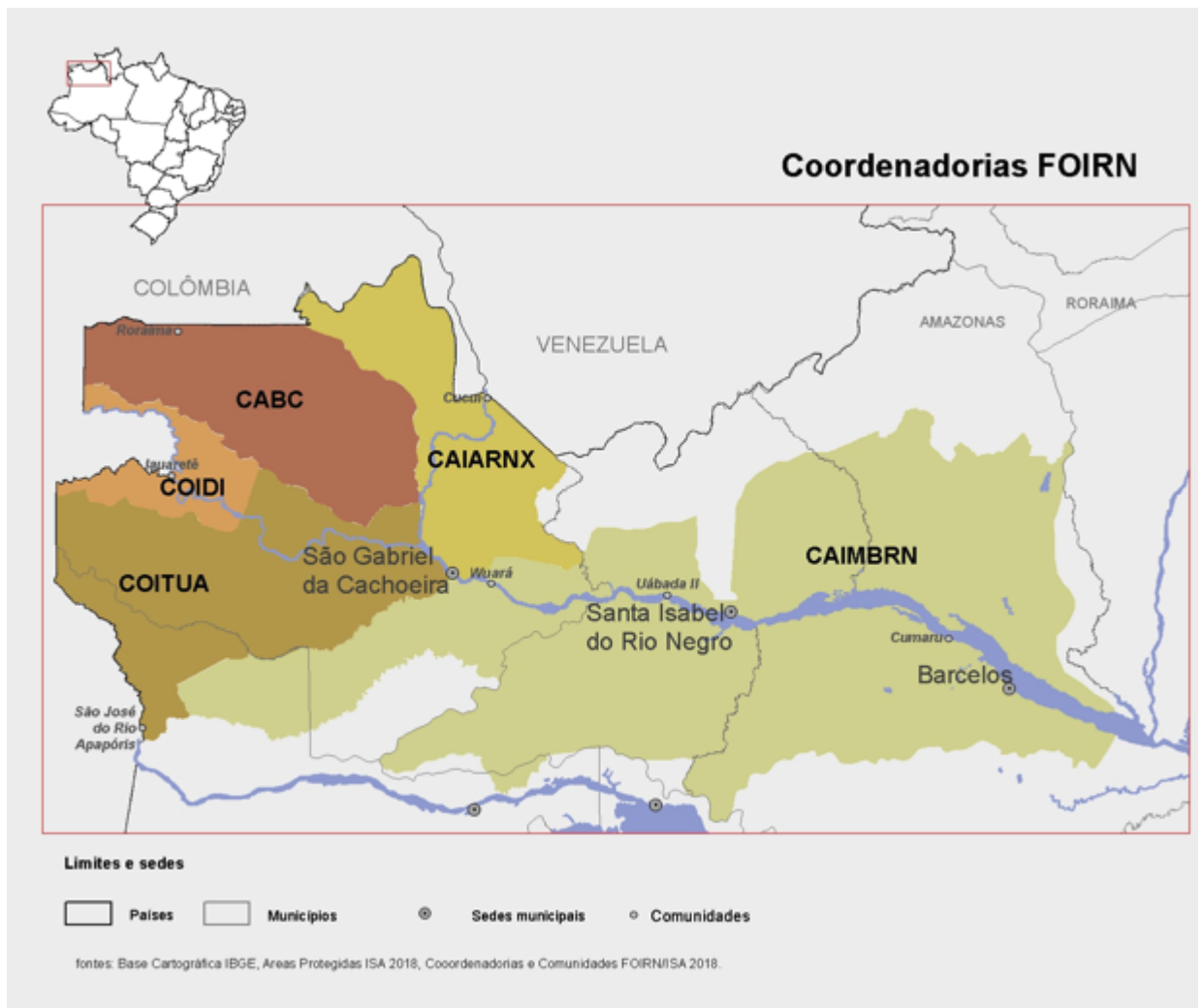
Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro -

CAIMBRN: 1- Educação: melhor infraestrutura das escolas. Merenda regionalizada entregue mensalmente. Qualificação dos professores. Maior acesso a ensino técnico e superior. Apoio técnico para elaboração dos PPPs, capacitar professores para PPPs; 2- Saúde: melhor infraestrutura, melhor transporte para remoção de pacientes, valorização da medicina tradicional indígena, maior capacitação dos agentes de saúde, programas de prevenção, programas para discussão e manejo sobre o lixo; 3- Geração de renda: capacitação para gestão das iniciativas de turismo, cursos para guias, cozinheiras, línguas estrangeiras. Buscar parcerias para locais de feiras de produtos da roça. 4- Capacitar as associações indígenas para acessar

diretamente recursos de projetos de desenvolvimento local (concorrer a editais, administrar recursos, executar projeto e prestar contas). 5- Garantia de participação indígena em fóruns que tratam de políticas indígenas.

Hupd'äh e Yuhupdeh: 1- Realizar mutirão de emissão de documentos; 2- Solução para acúmulo de dívidas com comerciantes, boas práticas de uso do cartão, acordo com uma pequena rede de comerciantes; 3- Saúde: aumento na frequência de atendimento nas comunidades, DSEI específico Hupd'äh e Yuhupdeh, tradutor para equipe em campo e para atendimento na cidade. Formação para agentes de saúde. Benzedores incluídos no sistema de atendimento à saúde.

Mapa 2. Território de abrangência das Coordenadorias Regionais da FOIRN. Laboratório de geoprocessamento do ISA. Renata Alves. 2018.



10/11 – sexta-feira

Roda de Debate 1: Monitoramento, Fiscalização e Proteção Territorial e Ambiental.

Palestrantes: Domingos Barreto/FUNAI; Marivelton Barroso/FOIRN; Luciana/ICMbio; Wilde Itaborahy/ISA, Juliana Radler- ISA; Mediador: Marivelton Barroso (Presidente da FOIRN).

Apresentação¹:

Wilde Itaborahy: Importância de conhecer o histórico de local de ocupação para gerir o território, motivos de entrada e saída.

Resumo das propostas: Fiscalização constante, mas respeitando às comunidades, seus costumes, acordos estabelecidos e dinâmicas territoriais. Melhoria da Infraestrutura comunitária: Construção e reforma dos centros comunitários, refeitórios, alojamentos, e banheiros para realização de assembleias, festa tradicionais e reuniões. Saneamento: Água de qualidade para todos, seja da chuva, de poço, ou água branca encanada. Comunicação: Todas as comunidades conectadas, seja via radiofonia, telefones orelhão, antenas de celular rural e internet, principalmente nas escolas. Transporte de pacientes em situação de urgência e para produtos agrícolas.

Domingos Barreto: Esclarecimento do papel da FUNAI. Não é só a FUNAI que tem que fazer tudo só porque está a demanda dentro da TI. O papel da FUNAI é de proteger os direitos indígenas e suas terras e intervir quando há ameaças, como está escrito no papel, não é uma babá de indígena, como se fossem incapazes. O Alto Negro tem interesses e grupos diferentes, os indígenas, os militares, os grupos desenvolvimentistas, os geólogos, os brancos urbanos, as mineradoras e os cientistas. Todos esses interesses têm que discutir e se articular para a fiscalização acontecer. Nas 7 TIs que trabalharam nos levantamentos, fóruns etc, nós dizemos que a TI é nossa, a organização social, política e econômica, nosso PGTA, o dia a dia da gestão nas nossas Terras já estamos fazendo, isso não para. Mas escrever o PGTA então estamos falando para o homem branco, colocar numa lei, como eles brancos devem fazer. O indígena vai continuar vivendo assim, e queremos que os homens brancos se adaptem e interpretem as leis para fazer seu papel. A situação da política nacional e a FUNAI com retenção de recursos, a FUNAI está acabando tiraram 5 CTLs, o governo é contra nós, contra os indígenas. A competência pode ser questionada, mas não é incompetência, não tem como trabalhar nesse governo que é contra os indígenas.

Luciana Uehara: sobreposição com as TIs e por isso o ICMBio tem compromisso com os PGTAS, que é fruto do PNGATI por isso a missão com as

¹ A apresentação inicial de cada roda de debate foi realizada com um resumo a partir de documentos elaborados pelo movimento indígena e parceiros e das propostas levantadas nas consultas para os PGTAs. Todas as rodas de debate contaram com esse material de subsídio.

questões socioambientais, a proteção da natureza e os planos de vida. O Parque Nacional do Pico da Neblina (PNPN), tem o objetivo de transformar a dupla afetação em dupla proteção. Na gestão compartilhada e integrada não tem que existir maior poder de uma das instituições, e sim o compartilhamento. O plano de manejo do parque é complexo, já temos alguns levantamentos e fóruns de compartilhamento de forma que os atores e outras instituições sejam consultados, ele é diferente de outros lugares, deverá respeitar os conhecimentos tradicionais e os usos no entorno da área que afetam o manejo dentro da área. Os Guardas parque também devem ser indígenas, que mais conhecem o território, é preciso pressionar o governo para que reconheça isso. Sobre a BR307 há um pedido de obras na estrada com a condicionante que haja fiscalização permanente. A autorização de mineração é atribuição federal, não adianta ter a pressão local, porque ainda não é liberado. Da questão do garimpo é muito feito na região, queríamos fornecer uma alternativa de renda para parar o garimpo, por exemplo o turismo.

Juliana Radler: preocupação com comunicação foi geral nas consultas e no diagnóstico para os PGTA. Para entender o problema foi feito um diagnóstico de comunicação. Definiu-se um boletim de áudio Wayuri que circularia no prazo máximo de um mês e foi formado um grupo de comunicadores, uma rede. Toda essa rede também trabalhará no tema do PGTA.

Marivelton Barroso: a fiscalização hoje não é presente, só há denúncias. Há entradas em TIs que a FOIRN nem fica sabendo. Por exemplo a empresa de mineração que entrou no Içana e faz discurso contra a FOIRN, ISA e FUNAI. Os governos locais deveriam ajudar. A comunicação precisa mesmo se organizar, tem que ter um plano, não é só a FOIRN que deve ser responsabilizada por tudo e também pela manutenção, mas precisa ser olhada pelas associações locais. A cobrança é de apenas para a FOIRN, quais são os direitos e deveres? Temos que pensar em novas estratégias

Debate: Fiscalização no período da demarcação havia formação de grupos de trabalho que uma das atribuições era pensar a fiscalização, a radiofonia ajudava nisso. A demarcação é uma forma de proteção e só nós (indígenas) podemos dizer quem entra ou não. As oficinas fortalecem e mostram a importância da governança das nossas TIs, e cuidar da nossa terra, o assédio só mostra o lado possivelmente bom, ninguém vai falar dos problemas o lado negativo. Não podemos ter medo de falar pelo nosso povo. O PGTA é o futuro, temos que melhorar nossa gestão. Preocupação com a criação de novas comunidades próximas a SGC e abertura de ramais em áreas de comunidades existentes. Depois que foi demarcada quem fiscaliza somos nós, e quando tem problema grande a gente leva para outros órgãos. Importância das CTLs e de seu funcionamento. Importante lembrar dos papéis de cada instituição. Quem pode definir as áreas de uso são os comunitários que devem tentar resolver esses conflitos, não é papel da FUNAI traçar com GPS, a FUNAI acompanha, mas ela não pode limitar o número da área para cada família ou comunidade.

Roda de debate 2: Saúde

Palestrantes: Aline Scolfaro (ISA), Isaias Fontes (FOIRN), Maximiliano Menezes (DSEI-ARN), Gerson Fonseca (ATACIRN - Associação dos Técnicos Agentes Comunitários Indígenas de Saúde do Rio Negro), Marivelton Barroso (FOIRN).

Apresentação: Aline Scolfaro.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA SAÚDE: Polos base em péssimas condições de infraestrutura e atendimento; Falta de planejamento no atendimento das equipes nas comunidades; Falta transporte para emergências/comunicação; Dificuldade de comunicação dos indígenas e profissionais de saúde; Falta de equipamentos nos hospitais

DEMANDAS: Valorização medicina tradicional; Benzedor, pajé parteira – contratação desses profissionais ou ajuda de custo; Valorizar plantas medicinais tradicionais- canteiros plantaço; Centro de referência para produção pesquisa e armazenamento de medicamentos tradicionais.

INFRA-ESTRUTURA: Polos base- reestruturação dos locais. Mudou a configuração geográfica, algumas nem tem mais moradores; reformar e equipar os polos estratégicos; ambulâncias e helicóptero; exames básico nos hospitais, exemplo; Hospital indígena em SGC

EQUIPES E ATENDIMENTOS: DSEI específico para povos Hupdha e Yuhupdhe; Profissionais da região; Contratar agentes de saúde; Garantir participação de mulheres no atendimento às mulheres e parteiras nos hospitais; Permanência equipe médica nos polos; Acompanhamento benzedor nas equipes interdisciplinares; Respeito aos valores indígenas; Assistência periódica em endemias e borrifação para controle; Microscopia

FORMAÇÃO: Cursos técnicos e superiores de saúde para indígenas com apoio e bolsa; Capacitação microscopistas; Formação continuada dos TACIS em medicina ocidental e indígena; Formação

PREVENÇÃO DOENÇAS: Poços artesianos; Coleta de lixo especial de pilhas e baterias; Cartilhas sobre alimentos industrializados; Prevenção alcoolismo; Campanhas saúde da mulher

Maximiliano Menezes: Sobre valorização da medicina tradicional, saiu um edital recente para que locais de atendimento de indígenas recebam um recurso maior para se adaptar à realidade local. A mentalidade da medicina ocidental é muito forte. Acaba abafando as nossa ideias. É uma missão nossa como FOIRN, e conselheiros acompanhar a implantação desses programas de inclusão da medicina tradicional indígena. Em relação aos polos, realmente estão todos caídos. Foram construídos há 17 anos. Existe uma conversa desde dezembro de 2016 para construir dois polos base: um em Anchieta e o outro em São José II e o material para construção dos polos de Tucumã e Canadá está a caminho. As equipes de saúde devem fazer planejamento com a comunidade na sua chegada, tem que ter paciência e também fazer visita de casa em casa. De janeiro pra cá foi criada uma equipe de *resgate* (3

enfermeiros e 3 técnicos), para não tirar a equipe que está em área executando um planejamento. Temos motores de popa 40 hp, 1 de 120 hp e foi adquirido um de 200 hp que são ambulâncias. Temos horas voo de helicóptero e de avião pequeno. Tudo isso é resultado da reivindicação de vocês. A questão de *plantas medicinais* é importante, temos que dar o valor conhecendo o que está na floresta, conhecer os tipos de solos onde dão cada uma delas. Isso pode ser uma pauta da educação escolar indígena. Nós caímos muito em assistência nos últimos anos, decaímos muito na qualidade de atendimento de saúde. Fomos muito criticados, o DSEI RN ficou lá pra baixo. Este ano o próprio ministério está com um programa de formação de agentes de saúde para aqueles que estão atuando no DSEI.

Gerson Fonseca: nós reivindicamos nas reuniões dos conselhos locais capacitação para os agentes de saúde. Tivemos uma parceria com a Fiocruz e tivemos uma formação. Tivemos a participação de 140 agentes. O próximo curso de formação vai ser em junho de 2018. As comunidades sempre perguntam “Porque que o agente de saúde não pode usar o medicamento ocidental? O papel dele é promoção e prevenção de saúde. O agente de saúde não pode trabalhar sozinho, ele precisa do apoio da comunidade, dos professores. Em relação a casa de apoio para os agentes na cidade: Estou programando para que eu possa trazer todos os agentes para conversar sobre essa casa de apoio. O prefeito prometeu em 4 meses entregar a casa. Mas não me deu documento escrito. Me entregou a chave do local e nós precisamos manter essa casa em dia, como vamos manter esse prédio? Os velhinhos conhecedores não querem compartilhar com o agente de saúde o conhecimento deles. Sobre a “produção” dos agentes (*relatórios mensais*), está péssima. Não tem nos arquivos (dos computadores) a produção deles (fichas de controle do trabalho).

Marivelton: O CONDISI parou de exercer seu papel que era de cobrar/controlar social e não fazer a gestão. Tivemos uma visita do CISI- Comissão Inter Setorial de saúde indígena, para avaliar a situação. Foi feito um plano emergencial para suprir a situação caótica que estava. Um dos piores do Brasil. Este plano emergencial não tem transparência e mesmo acompanhando e cobrando vemos que não há melhorias. Com relação ao reconhecimento de benzedeiros, tem uma portaria do Governo do Estado do Amazonas que autoriza a entrada de pajés. Vários agentes foram formados mas parece que não se dá valor a isso.

Debate: As condições da CASAI estão precárias, há a perspectiva de abrirem mais dois pavilhões. Há reclamações do atendimento dos médicos que não atuam como as comunidades querem além dos problemas de comunicação pois muitos pacientes não entendem português. Há planos de capacitá-los, inclusive com formação antropológica sobre a cultura da região. Sobre os agentes de saúde demitidos, é preciso recontratá-los e lhes capacitar melhor para que possam trabalhar não somente na prevenção. Mas se fizerem cursos superiores de saúde adquirem outras profissões, o agente de saúde é para trabalhar com prevenção. Para indicação pela comunidade do agente, é preciso uma ata da reunião comunitária. A questão de atendimento específico

aos 4 povos da família linguística Nadehup precisa avançar. Há um atraso desde 2012 nas informações no sistema de saúde indígena, o DSEI está tentando atualizar esse banco de dados. A comunicação é central para evitar problemas.

Roda de debate 3: Educação.

Palestrantes: Ivo Fontoura (FOIRN), Clóvis Batista (CME/APIARN*), Liliane da Silva, Luciane Dias Moreira, Maicon (SEMEC), Diemerson de Souza Nascimento – IFAM

* CME: Conselho Municipal de Educação

* APIARN: Associação de Professores Indígenas do Alto Rio Negro

Apresentação: Diagnóstico: Falta de aceitação da educação escolar indígena diferenciada por parte de alguns pais e alunos; Atraso na entrega da merenda escolar, sobretudo nas escolas municipais. E a merenda vem em quantidade insuficiente e muitas vezes com prazo de validade vencido; Falta de material didático próprio e material permanente. E material didático que chega não dá para todos os alunos; Estrutura física das escolas precária e muitas vezes improvisada, sobretudo das escolas municipais; Dificuldade para elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas das escolas, por falta de assessoria técnica e de recursos financeiros; Demora e resistência por parte da SEMEC e SEDUC para avaliação e aprovação dos PPPIs; Falta de organização e diretrizes para Currículo Diferenciado das Escolas Indígenas do Rio Negro; Professores não têm formação adequada e ficam sem saber como trabalhar conteúdos diferenciados na escola;

Propostas: Criar diretrizes e referenciais curriculares para a Educação Escolar Indígena a nível do município e que estas estejam definidas na lei orgânica do município e reconhecidas pelo governo estadual e federal; Que a SEMEC estabeleça as subsecretarias nas regiões administrativas conforme consta no Plano Municipal de Educação, considerando as Coordenadorias da FOIRN e territorialidades étnicas, de modo a atender as demandas específicas de cada região; As escolhas dos sub secretários(as) deve ser realizada por meio de assembleias regionais; Aprovação pelas Secretarias Municipais e SEDUC dos PPPIs já finalizados e assessoria técnica e apoio financeiro para elaboração dos PPPIs ainda não finalizados; Prever, por meio de lei específica, a contratação de profissionais de notório saber (benzedores, pajés, parteiras) para ministrar aulas e oficinas nas escolas diferenciadas (encaminhamento para SEMEC, SEDUC, MEC); Que SEMEC, SEDUC, UFAM/Licenciatura Intercultural e outros parceiros destinem recursos e ofereçam assessoria para elaboração e publicação de materiais didáticos próprios de cada povo; Criação de um Conselho Fiscal para acompanhar com transparência o processo licitatório de merenda escolar e material didático; Retomar programa de compra de merenda regionalizada, cobrar do governo municipal e estadual para que destine os recursos direto para as Associações de Pais e Mestres Comunitária (APMCs) para compra de merenda regionalizada e propor readequações na política; Que as APMCs possam ter autonomia pedagógica e gerir recursos para acompanhar a implementação e gestão das

escolas indígenas; Fazer parcerias com as Coordenadorias da FOIRN e Exército para a melhoria de transporte de material didático e merenda escolar; Organizar cronograma de licitação para merenda escolar de modo a garantir que a merenda chegue antes do início do ano letivo e em quantidade suficiente conforme número de alunos das escolas; SEMEC poderia realizar uma parceria com o Exército para o transporte de materiais e logística dessas construções, respeitando o Termo de Responsabilidade Interinstitucional assinado em fevereiro de 2017; Pressionar SEMEC/prefeitura/MEC para reforma e melhoria da estrutura física das escolas das comunidades, além das 50 que já foram contempladas; Que os cursos considerem as atividades/eventos e história do movimento indígena em seus currículos e cronogramas. Que o IFAM disponibilize acesso para formação dos estudantes do interior com apoio específico (transporte, moradia e bolsas). Que as instituições de ensino superior ofertem cursos conforme a demanda dos povos indígenas e ampliem a oferta desses cursos nos pontos estratégicos das coordenadorias por meio das pró reitorias de extensão.

SEMEC: Sobre contratação de pessoal, atualmente a Semec não tem parâmetros para contratação. A questão política impede que os professores qualificados sejam contratados. Sobre infraestrutura, ao invés de otimizar em uma boa escola com turmas seriadas, acabam com muitas escolas e com poucos alunos em ensino multisseriado. Para o aprendizado é melhor um regime seriado. Quando a gente dá prioridade para professores da comunidade, partimos do pressuposto que eles são detentores dos conhecimentos tradicionais. Mas não sabemos da qualidade desse profissional. Se falou muito de notório saber, isso tem que estar no projeto político pedagógico. Sobre a formação de professores – estamos fazendo planejamento para 2018. Vamos passar uma avaliação da comunidade sobre o trabalho do professor. E vamos ofertar as formações. Muitos professores não dominam a documentação da escola. A Semec não fica sabendo quando uma escola está parada. Quanto a salas de informática, temos um impasse pela estrutura da escola. Antes de ter informática precisamos ter energia, precisa ter manutenção, climatização. Merenda regionalizada- ano que vem tem formação das APMCs para discutir mecanismos para implantar a merenda regionalizada.

IFAM: As muitas demandas que recebemos das comunidades tentamos atender da melhor forma possível. Alguns conselhos de educação têm problemas de divergências políticas. Minha sugestão é criar um observatório da educação em SGC, que seja multi-institucional. A educação escolar indígena está passando por mudanças e precisa que as comunidades estejam cobrando. Para exigir qualidade, cobrar da SEMEC, do próprio IFAM. Existe uma discussão que no IFAM o ensino seja diferenciado. O processo seletivo será diferenciado.

CME/APIARN: Temos muitas instâncias de discussão, mas no final sempre são as mesmas pessoas discutindo. Não está claro ainda no rio Negro que tipo de educação se quer. Quando chegou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (**Parfor**), eles falaram vocês têm 7 dias para

aderir. Não teve conversa sobre as necessidades locais. Hoje temos muitos formados pelo Parfor mas muitos ainda tem dificuldade de trabalhar em sala de aula. Semana passada se discutiu aumento salarial de acordo com o piso nacional, foi aprovado na Câmara. Estamos trabalhando com PCR (Plano de Carreira e Remuneração). Também reivindicamos melhores espaços de trabalho no interior.

Debate: O professor recém-formado pode participar do PSS (Processo Seletivo Simplificado). No edital o professor com mais tempo de serviço tem maior pontuação, e é justo. Tem instrução normativa que diz que a comunidade indígena pode escolher seu professor. E isso entrou como um critério de seleção. Com relação aos 200 dias letivos e/ou 800 horas, isso é o mínimo obrigatório. Estamos percebendo que nem os 200 dias acontecem.

11/11 - sábado

Roda de debate 4: Soberania Alimentar, Geração de Renda e Valorização do Sistema Agrícola Tradicional.

Palestrantes: Wilde Itaborahy (ISA) e André Fernando (OIBI)

Apresentação: Propostas a partir das Consultas: Incentivar e acompanhar um programa de agricultura familiar indígena, trabalhando com roças diversificadas, com objetivo de gerar renda e com garantia de segurança e soberania alimentar. Apoio de transporte dos produtos, espaços adequados para venda de produtos da roça, infraestruturas para beneficiamento e agregação de valor, associativismo, inclusão dos produtos na merenda escolar. Construção de cantinas em pontos diversos para venda de produtos industrializados e compra e venda de produtos agrícolas. Criar uma farmácia de remédios naturais. Assistência técnica para criação de animais, e atividades ligadas ao aumento de produção para comercialização. Desenvolver um fundo para financiamento de projetos ligados ao Sistema Agrícola. Um mercado indígena para venda de produtos com possibilidade de empacotamento da farinha, tapioca, goma, etc. Ampliação do mercado municipal, ou criação de um novo ponto de comercialização de produtos indígenas. Canais de negociação e pesquisas de mercados nacionais e do exterior para escoamento de produtos indígenas. PRONAF e o IDAM/AFEAM tenham uma linha especial de apoio aos povos indígenas do Rio Negro, considerando a realidade local. Apoio para construção de planos de negócios. Planejamento e organização da produção das comunidades voltadas para comercialização. Discussão sobre consumo de alimentos industrializados X alimentos tradicionais – resgate de alimentos tradicionais. Oficinas de conscientização do valor nutricional no consumo dos produtos. Estruturas centrais (ex. central multi-produtos) e descentralizadas (casas de farinha nas comunidades) que agreguem valor ao produto. Ampliar e melhorar a criação familiar de aves e animais de pequeno porte. Apoio e assessoria às associações e cooperativas – formação de técnicos contábeis. Certificações e

selos que diferenciem o produto das diversas regiões. Inclusão dos produtos na merenda escolar.

Sobre a geração de renda e valorização da produção dos sistemas agrícolas tradicionais dos povos indígenas do rio negro: como que nós vamos juntar todas essas propostas e geri-las nos próximos 20 anos? O desafio é formular uma proposta de uma maneira que possamos comer bem, identificando o que comemos e nos faz mal, mas também ganhando dinheiro e valorizando nossa cultura, mantendo conhecimento. Uma proposta é criar um departamento de sustentabilidade, ou de negócios socioambientais ou de economia indígena na FOIRN.

Debate: Importância da valorização dos produtos do Rio Negro. Exemplos das iniciativas locais com produção de alimentos, alta qualidade dos alimentos. Como o PGTA tratará da valorização, não só financeira/monetária, dos produtos da roça? Na questão dos serviços socioambientais, como o crédito carbono, há o desafio para a gestão. Atualmente, a feira na cidade não favorece os produtores, muitos atravessadores, os preços dos produtos são diferentes. Importância da padronização para o mercado e o desafio de fazer isso com os produtos tradicionais. É preciso elaborar planos de negócios com participação direta dos produtores. Favorecer a criação de diferentes marcas no rio Negro como fortalecimento dos produtos.

[Conversa interna dos participantes para elencar estratégias relacionadas aos PGTA.]

13/11 - segunda-feira

Roda de debate 5: Planos de Vida, Planos de Manejo e Mesa de Concertación: experiências das AATIs colombianas: o caso do Resguardo Indígena Yaigoje-Apapóris (ACIYA).

Palestrantes: Nelson Ortiz/Fundación Gaia e Robin Elkin Dia/ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigoje-Apaporis).

Apresentação: Plano de vida do resguardo e parque. Grupos étnicos da região: Yaigoje Apapóris. Gente del Centro del Mundo, Wejeñememaja, Gente Jaguar, Yairimra, Gente Jaguar de Frutos Silvestres, *Yuhup*, *Kawiyari*, *Pachakuari*, Gente Día, Ibia, Hidoría, Gente Leña, *Heayara*, Gente del Agua *Ide Masa*, Gente de Tierra *Yeba*, Gente *Majiña*, Eboa basa, Yaura. Resguardo criado entre 1986 e 88. Integra 21 comunidades das margens do Vaupés y Amazonas (mais de 10 etnias atualmente organizadas em 2 AATIs). Com a criação do Resguardo se dá início o processo para o fortalecimento organizacional. Lei orgânica da Colômbia reconhece a possibilidade das AATIs serem reconhecidas como entidades públicas de caráter especial. No final dos anos 1990 as associações começam a construir seus planos de vida. O processo considera três perguntas fundamentais, como vivíamos no passado? como vivemos agora? como queremos viver no futuro? Algumas respostas foram permanecer no território, fortalecer a cultura, assegurar a

sobrevivência física e cultural dos grupos étnicos, fortalecer a transmissão dos conhecimentos tradicionais e cuidar do território. Analogia do Plano de Vida como uma maloca, uma visão integral de aspectos cosmológicos, sociais e ambientais. Setores do plano: território, saúde, educação, produtividade. Mesa Permanente de Coordenação Inter Administrativa é uma instância de comunicação e coordenação entre as AATIs e o governo e se reúne no mínimo duas vezes por ano. Criação do parque como dupla proteção, resposta à pressão de mineradora canadense. O manejo é com base no conhecimento tradicional, não afeta a autonomia dos indígenas, contribui com a conectividade dos ecossistemas das bacias do rio Negro e Caquetá. Essa coordenação entre parque e resguardo resulta no regime especial de manejo cujo plano foi coordenado pelos indígenas, formando líderes e fortalecendo a organização. Em 2014 receberam o prêmio equatorial do PNUD/ONU.

Exibição dos filmes: “Los conocimientos tradicionales de los jaguares de yurupari” e “El Corazón de la Tierra”

Debate: Papel das associações e dificuldades para elaboração do Plano de Vida. Com a lei que reconhece a criação das associações e o capitão, escolhido por assembleias a cada 4 anos, é registrado no ministério do interior e é autoridade na sua comunidade. Há também os secretários divididos por temas: meio ambiente, território, saúde, educação e território, estes não tomam decisões, como os capitães que são entidades máximas. Presença da guerrilha em 1998 deixou a ACIYA sem parceiros por seis anos. Quantidade alta de recursos humanos para administrar os recursos financeiros. Parte das pessoas que se ocupavam com os temas e com as políticas agora estão dedicadas à fazer correr/vencer a burocracia.

Roda de Debate 6: Manejo Ambiental e Pesquisas Interculturais

Palestrantes: Aloísio Cabalzar/ISA; Lucas Bastos/AIMA Tiquié; Rosivaldo Miranda/AIMA Baixo Uaupés; Ronaldo Apolinario/AIMA Içana; Robin Elkin Dia/ACIYA Apaporís; Nelson Ortiz/Fundación Gaia – Mediador: Aloisio Cabalzar/ISA

Apresentação: Histórico de pesquisas interculturais na região do alto rio negro, que iniciou com a construção das escolas indígenas com ensino via pesquisa, no final da década de 1990. Pesquisa de monitoramento ambiental e climático é o atual programa do ISA que visa a promoção de pesquisas interculturais: Objetivos; conectar as comunidades sobre a produção de conhecimento na bacia do rio negro, relacionando as transformações ambientais e sociais que estão em curso na região; fortalecer o manejo ambiental e territorial indígena, contribuindo para a construção dos PGTAs; promover a incidência de políticas públicas; criar a rede de Agentes Indígenas de Manejo (AIMAs). Atualmente há 50 AIMAs distribuídos de Barcelos aos trechos de montante, próximos a fronteira. Alguns produtos recentes são o Manual de etnobotânica e a revista Aru. Importância dos conhecedores na construção do conhecimento e da integração entre pessoas

de diferentes faixas etárias. Formação de uma base de dados a partir dos registros diários dos AIMAs. Exemplos de pesquisa: ciclo anual dos Baniwa, identificaram 15 constelações que correspondem a diversos fenômenos ambientais e climáticos; etnomapeamento do baixo Uaupés; acordos de pesca e manejo do Tiquié.

Debate: Participantes de diversas regiões questionam sobre a possibilidade de haver AIMAs nos locais aonde ainda não atuam. Desafio da obtenção de mais recursos para ampliar a rede de AIMAs. Exemplo do território Yaigojé Apapóris onde empresas mineradoras pressionavam contra a criação do Parque e a pesquisa conjunta com os conhecedores locais ajudou o processo de criação do parque como foi central para construção do Plano de Vida. Importância da inclusão de jovens e mulheres nos processos.

14/11 - terça-feira

Roda de debate 6: Governança, Fortalecimento das Associações & Protocolo de Consulta

Palestrantes: Renato Martelli (ISA), Robin Dia (ACIYA), Marivelton Barroso (FOIRN), Argemiro Teles.

Apresentação: Histórico do movimento indígena do Rio Negro hoje organizado em mais de 90 associações de base e com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Discussão sobre governança não se limita às associações e leva em consideração os meios de tomada de decisão que as comunidades e famílias envolvidas venham a julgar válidos. A consulta prévia é um direito estabelecido pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e é lei no Brasil de acordo o decreto 143 de 2002. O decreto institui que ações que afetarão os povos indígenas devem consultar os povos previamente, sem pressões, com boa fé, de forma transparente, respeitando a representatividade indígena e que o encaminhamento seja vinculante, ou efetivo. Reivindicações e propostas já elaboradas apresentadas. Destaques do Plano Diretor do município de S. Gabriel da Cachoeira. Informações do levantamento para os PGTA: das 300 comunidades, sem contar os sítios, pesquisadas no PGTA, 247 participam de associações ligadas à FOIRN, ou seja, 82% das comunidades. Quase um terço das comunidades entrevistadas (98) participaram de alguma iniciativa nos últimos dois anos. Foram registrados dezenove (19) parceiros que realizam estas iniciativas. Nas consultas foi destacado que PGTA é uma oportunidade de criar um novo modelo de governança entre povos indígenas, seus parceiros, governos e Estado Brasileiro. Que deve haver garantia de transparência na gestão de recursos financeiros para gestão territorial a fim de evitar agravos de crises com as comunidades e seus membros. Que os cuidadores do PGTA devem ser os povos indígenas através de seus representantes legais. Os cuidadores dos PGTA devem ser todos os indígenas, sendo representados pelas suas lideranças e associações. Quem deve

monitorar e acompanhar a implantação e divulgação do PGTA é a FOIRN. Para a entrada de empresas ou de pesquisadores deve ser requerida para a comunidade (consulta). Importância do fortalecimento das associações regionais e de articulação entre instituições não governamentais e instituições governamentais. Incluir no PGTA uma lei para que as associações recebam recursos direto do governo.

“Se entiende por gobierno propio la capacidad de orientar a la comunidad y transmitir conocimientos para vivir bien en el territorio, es decir, el conocimiento es el fundamento de la autoridad. La autoridad se ejerce sobre el cuidado y buen manejo del territorio para que no exista enfermedad, tristeza, conflictos y recientemente para orientar a la Organización. Para el cumplimiento y el bienestar del gobierno propio los pueblos originarios de este territorio ejercen esta actividad de responsabilidad desde la maloca, que representa el mundo donde el cielo es el techo, sostenido por los cerros como estantillos, la tierra simboliza la mujer. Esta visión integral es el modelo de conservación basado en conocimientos y prácticas culturales que permiten el adecuado funcionamiento de los sistemas de vida en los territorios y todas las dimensiones espirituales (arriba abajo), siempre y cuando se respeta el sistema y no sean alterados o destruido por la humanidad.”

Debate: o que vem de ideia para reestruturar, pra melhorar a governança? Esclarecimento dos objetivos de cada instância de governança, da suas histórias, seus feitos e problemas. Importância de discutir e encontrar formas adequadas de representatividade. Reforçar a cooperação, solidariedade, empatia e compreensão. Preocupação com protocolo de consulta, pesquisadores se sentem autorizados, falta retorno. Importância da ética de pesquisa, comunicar para associações de pesquisa casos de má conduta, necessidade de apresentação para comunidade que deve entender e questionar. As comunidades não estão sendo consultadas sobre a entrada em suas áreas. Conhecimentos tradicionais fortalecem governança. A gente (indígenas) deveria mesmo se ver como uma maloca. A gente precisa retomar o respeito mútuo, os territórios tradicionais sob pena de passar por invasor que desrespeita o território do outro. Como fica situação de diálogo entre Brasil/Colômbia/Venezuela? O PGTA pode indicar meios, um exemplo de cooperação é o MAPEO. Convenção 169 não está sendo respeitada, exemplo: entrada do empresário de mineração no Içana. PGTA deve atualizar e ajustar o grande número de documentos sobre tomadas de decisão nas Terras Indígenas. Há comunidades com dificuldade de entender o que são os PGTA, precisamos levar esse entendimento. Precisamos abordar alguns outros assuntos no PGTA como drogas em geral e não só o álcool, suicídio, e DSTs. São Gabriel está entre as cidades com maior índice de DSTs no Amazonas. Precisamos pensar a inserção dessa “maloca local” na maloca da América latina, e do Planeta. Precisamos pensar o local e o global.

Falar de governança é falar do respeito ao território para garantir a sobrevivência das novas gerações. Para se ter uma boa saúde é preciso respeitar os lugares sagrados. A governança deve ser um modo não só da gente discutir aqui, mas de levar daqui o aprendizado. Precisamos pensar de que maneira podemos despertar o interesse das novas gerações, qual o papel da escola na transmissão de conhecimento.

15/11 - quarta-feira

Roda de debate 7 Patrimônio cultural e valorização dos conhecimentos indígenas

Palestrantes: Aline Scolfaro (ISA), Robin Dia (ACIYA), Nelson Ortiz (GAIA), Ivo Fontoura (FOIRN), André Fernando (OIBI).

Apresentação: valorização cultural é tema que passa por todos os eixos que discutimos aqui, quando falamos de educação, saúde, manejo, roça, governança. A cultura é a base de tudo, mas às vezes isso não fica claro, o tema não é tratado com a seriedade que merece nas instâncias de discussões e tomadas de decisões do próprio movimento indígena. Prestando atenção às falas dos participantes das oficinas de consulta do PGTA nas calhas (conforme as relatorias que chegaram), vemos que o tema surge em vários momentos, apesar da “cultura” não aparecer como um eixo destacado de discussão. Há, por exemplo, muitas falas ressaltando a importância vital dos conhecimentos e conhecedores tradicionais para o cuidado com o território e com a saúde das pessoas. Pois são eles que melhor conhecem o território, em suas dimensões físicas e espirituais, e são eles que as pessoas procuram quando adoecem. Por isso muitas das propostas dos fóruns de consulta foram no sentido de valorizar mais os conhecedores, através de reconhecimento e remuneração. Também a questão do enfraquecimento cultural e do repasse de conhecimento entre as gerações foi algo bastante ressaltado. Por que há perda de conhecimento tradicional dos povos do rio Negro? Foi uma pergunta feita em um dos fóruns de consulta. Muitos chamaram a atenção para o impacto da chegada dos evangelizadores e de outros tipos de conhecimentos, como os escolares, para o enfraquecimento cultural. Nesse contexto de repressão aos conhecimentos e práticas tradicionais, muita coisa se perdeu (benzimentos, danças, cantos, objetos rituais, histórias de origem). Os velhos que ainda guardavam ou que ainda guardam esses conhecimentos foram desanimando, se sentindo sozinhos, tristes, desvalorizados. Do mesmo modo, no novo contexto, os jovens também foram deixando de se interessar, se voltando mais para as coisas trazidas pelos não-indígenas. A avaliação que podemos tirar a partir das falas registradas é que esse estado de coisas trouxe e ainda traz muitas consequências para a gestão do território, para a identidade dos grupos étnicos e para a própria saúde das pessoas. Nesse contexto, é possível destacar, em forma de pergunta, alguns desafios para o fortalecimento cultural no rio Negro. Primeiro, como envolver os conhecedores e inserir essas questões relacionadas à cultura nos espaços de debate político e de tomada de decisões? E quais os caminhos para estimular a transmissão desses conhecimentos para as novas gerações? Ainda, quais os principais desafios para os jovens? Como eles poderão conciliar os caminhos e cumprir com as expectativas depositadas sobre eles? Já que, por um lado, parece haver uma supervalorização da formação escolar e da obtenção de um

posto de trabalho assalariado e, por outro, uma cobrança para que os jovens se interessem e aprendam os conhecimentos e práticas tradicionais e possam, depois de formados, voltarem a viver em suas comunidades. É uma responsabilidade grande. E ao que parece, há muita expectativa de que a escola possa, de algum modo, cumprir esse papel. Será mesmo? Aqui valeria outra pergunta: quais as possibilidades e limites da educação escolar indígena para o fortalecimento cultural?

Foi apresentada uma proposta de criar museus indígenas do rio negro, Exemplos: origem da humanidade, sistema agrícola, tecnologias tradicionais; origem da água; da diversidade na floresta; de memória. O que podemos fazer para engrandecer aquilo que queremos ser? Museu seria um modo de valorizar e fortalecer nossa identidade, nosso território, nosso modo de vida, nosso modo de estar e entender o mundo. Por outro lado, é algo que precisa de maior discussão e profundidade de compreensão. Porque museu é um modo não-indígena de lidar com a cultura, como se fosse algo morto, estático, que ficou no passado. Um museu indígena deveria propor novos formatos.

Apresentação do processo de registro dos Conhecimentos dos Jaguares de Jurupari – complexo cultural dos povos do Pirá-paraná como Patrimônio Cultural Imaterial da Colômbia (pelo Ministério de Cultura da Colômbia) e Patrimônio da Humanidade (pela UNESCO), via ACAIPI. Foi a primeira vez que todo um complexo cultural foi registrado como patrimônio cultural. Para os índios, não fazia sentido extrair algum elemento da cultura para registrar como patrimônio; ou registrava tudo, ou para eles não interessava o registro. Foi um processo interessante de readequação da política de patrimônio à demanda e perspectiva indígena. Foi também uma resposta aos muitos interesses de exploração mineral na região do Pirá-paraná.

Apresentação do processo de criação do Resguardo Parque Yaigojé Apapóris. Para a criação do Parque e construção do plano de manejo, conhecedores insistiram que deveriam ser considerados tanto os aspectos materiais como a dimensão imaterial do território. Era preciso também proteger, além da fauna, flora, água e paisagens, os instrumentos sagrados, cantos, benzimentos e narrativas dos grupos indígenas do Apapóris. E do mesmo modo, fortalecer o sistema de sítios sagrados e rituais associados. Outro objetivo foi contribuir para a interconectividade dos ecossistemas das bacias do Caquetá e rio Negro, já que juntas estas configuram o macroterritório ancestral dos povos indígenas do noroeste amazônico.

Debate: Levar a sério a cultura é trazer essas questões à tona nos debates públicos, nos debates políticos, inclusive dentro do próprio movimento indígena. Quando se vai discutir mineração, por exemplo, que é hoje uma ameaça no rio Negro, quase nunca as questões relacionadas à dimensão espiritual do território e lugares sagrados aparece como uma questão séria e destacada nos debates. É importante fazer essa discussão, dos problemas trazidos pela exploração indevida de lugares sagrados. Um exemplo foi a construção da pista de pouso de Iauaretê, que afetou lugares importantes e trouxe muitas doenças para a população. Outro exemplo é na foz do Traíra,

onde a contaminação por mercúrio deve chegar a 80% das pessoas analisadas e onde surgiram muitas doenças que os benzedores não sabiam mais curar.

Exibição do filme “Guardianes de la libertad”

16/11 - quinta feira

Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas: 1. Fiscalização e Proteção Territorial e Ambiental

Instituições presentes: FOIRN, CAIARNX, COITUA, CABG, COIDI, CAIMBRN, CGGAM-FUNAI, MMA.

Introdução sobre o processo de construção dos PGTAs no Rio Negro e apresentação do “RG das comunidades” mapa com informações (TI, região, censo resumido, etnia(s), escola, AIS, comunicação, associações e fotos) sobre as comunidades e sítios registrados no levantamento socioambiental. Fala sobre governança e movimento indígena no Rio Negro.

Apresentação das Coordenadorias Regionais da FOIRN:

Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié -- CAIARNX: que as Instituições elaborem um termo de cooperação técnica, para integração e otimização de recursos, na fiscalização utilização de infra-estruturas e apoio às comunidades; promover capacitação e formação para os Agentes de Proteção Territorial para a vigilância do território e apoiar as expedições; Apoiar as organizações indígenas com recurso financeiros, para elaboração de regras próprias para o controle de entrada de não- indígenas nas Terras Indígenas; criação de efetivo de Agentes de Proteção com a função de monitoramento de uso de recursos naturais nas TIs, e fiscalização, nos pontos estratégicos como: AIDCC, ACIRN, AIBARN, OCIARN e outros pontos estratégicos será na área da ACIRX; renovar os plaqueamentos das TIs e implantar onde ainda não tem; reativar as CTLs da Funai.

Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés – COITUA: Proteção e Fiscalização: implementar e fortalecer o manejo da Pesca e Extrativismo no Baixo Uaupés; fortalecimento das CTLs da Funai; Fiscalização Serra do Traíra e controle na fronteira; fiscalização sobre roubo de motores (rabetas); monitoramento e apoio aos povos Hupd’äh e Yuhupdeh na cidade. Infraestrutura: otimizar logística entre comunidades e PEF do Exército; apoio à comunicação; destinação apropriada de lixo em Ipanoré; Propor alternativas de energia para as comunidades.

Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê - COIDI: Proteção e Fiscalização: Reestruturar CTL de Iauaratê para fortalecer

fiscalização na região de fronteira e entrada e saída de pessoas; reforçar fiscalização em Ilha das Flores; que a FUNAI articule diálogo entre Exército brasileiro e colombiano; replaqueamento com identificação das TIs. Infraestrutura: instalação de radiofonia, telefonia e internet; estudos e implementação de energias alternativas (solar, PCHs, eólica); programa de destinação de pilhas; destinação apropriada para lixo; auxílio para transporte de produtos para a cidade.

Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro - CAIMBRN: Temas para fiscalização: Pesca predatória; invasão de madeireiro; abertura de ramal na TI Médio Rio Negro I. Infraestrutura: incentivo e apoio à comunicação (internet e radiofonia); Replaqueamento das TIs

Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco - CAB: Fiscalização: exigência de notas fiscais para comerciantes de Cucuí em Ilha das Flores que não devem comercializar bebida alcoólica no trajeto; militares devem ser os primeiros a não consumir bebida em TI; entrada de pesquisadores deverá ser via FUNAI e FOIRN que devem entrar em contato com a comunidade que decidirá; entrada de empresário de mineração e ações da CPRM são apoiadas pelo exército? Por que?; encerramento de apoio ao Otavio Lacombe e CPRM. Infraestrutura: 27 km de ramais nas cachoeiras de Tunuí, Aracu e Wapuú; sistema de abastecimento de água nas comunidades via carneiro hidráulico; instalação de internet nas escolas; energia alternativa para comunidades; política de logística reversa para lixo; quatro barcos comunitários; instalar torres para sinal de telefonia celular e bancos postais em comunidades estratégicas.

FUNAI: A FUNAI tem grandes dificuldades, são regiões muito extensas e os últimos anos têm sido marcados por corte de recursos, tentamos trabalhar a partir de parcerias. Em 2013 tentamos fazer uma integração das atividades de todas as instituições que atuam nas TIs. Em parceria com as comunidades, construímos um dos melhores planos de fiscalização já feitos pela FUNAI RN, mas não fomos atendidos. A clareza da apresentação das coordenadorias tem um reflexo direto com a gestão ambiental de vocês. Estamos aqui no esforço de botar a PNGATI para rodar. Atender as propostas que vocês falaram, levantar a moral das comunidades e ver como está o solo, a biodiversidade e apresentar as demandas pro Governo. Presença de muitos jovens, entraram no movimento indígena com as Terras já demarcadas, importância de mostrar processo de demarcação.

Não podemos perder de cena o contexto de Brasil que estamos vivendo hoje. Estão enfraquecendo todos os órgãos de gestão e desrespeitando direitos. Hoje nós temos uma situação em que a bancada ruralista está tentando mandar na FUNAI. Sobre a extinção das CTLs, foi uma decisão de cima. Do gabinete da Casa Civil.

Sugestão de fazer uma reunião para tratar do plano de fiscalizações e marcar um calendário regular de reuniões, criar uma agenda de articulação. Ano que vem vamos reunir com ISA, e FOIRN para repactuar o plano de trabalho. Sobre o alcoolismo é uma questão de muita conscientização por parte das

comunidades. Sobre lixo, precisamos dar as condições pros indígenas trazerem seu lixo para cidade, existe uma lei de resíduos sólidos.

MMA: Temos uma agenda de resistência. Nunca foi fácil, e não vai ser agora que vai ser fácil. A comunidade precisa olhar pro problema, detalhar o problema e encaminhar. É aprimorar e encaminhar aos órgãos competentes. E o PGTA é isso. O estado é cheio de caixinhas e precisamos saber que tem gente de todo tipo nas caixinhas e isso é pedagógico e complexo. O próprio eixo três da PNGATI cria mecanismos de administração do território comum que contemple os povos indígenas em caso de sobreposição. A gente não vê como dupla afetação, mas sim como dupla proteção. Sobre fiscalização é função do ICMBio e do IBAMA e podemos tentar a inclusão desta atividade no planejamento com um olhar mais direcionado no território. O que o Ministério da Justiça realiza mais frequentemente são as operações pontuais em lugares mais críticos. Porque é muito caro. Tem a fiscalização de rotina que é dentro dos parques e para essa outra a gente aguarda o planejamento, é uma logística longa, um aparato grande, podemos incluir a força nacional.

Debate: precisamos renovar o termo de acordo entre militares e indígenas a cada troca de general. Sobre as instituições parceiras do movimento indígena, estão do nosso lado desde a época da demarcação. O governo está aliado ao agronegócio e estão atacando esses parceiros justamente para atacar depois os povos indígenas. A ausência do Município me deixa muito chateado, porque as coisas que estamos discutindo aqui são pautas de vinte anos. A ausência dos entes federados faz com que nossas reivindicações nunca se tornem políticas do Estado. A gente precisa ter solução para levar nas bases. A FUNAI precisa nos dar soluções para discutir com a comunidade. É possível a FUNAI mediar a conversa com o Exército? Ideia de reforçar essa proposta de documentos para transitar livre pela fronteira. Deveriam ser fiscalizadas as empresas que prestam serviços. Essa articulação que a FUNAI precisa fazer é articular com as instâncias superiores, com o alto escalão. A gente não precisa criar uma coisa nova, a gente precisa respeitar as regras que já são combinadas. Falta de recursos para o representantes Hupd'äh que apoiam a vinda dessas populações na cidade. Sobre a FUNAI mediar conversa com o exército. Não só pode como deve. Isso sim a FUNAI deve fazer isso. Pegar o que vocês estão colocando aqui no PGTA e a FUNAI junto com vocês, ouvindo vocês.

Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas: 2. Educação

Instituições: IFAM, UFAM, SEDUC e SEMEC

Apresentação dos destaques das discussões sobre educação nos dias anteriores: RECOMENDAÇÕES DAS DISCUSSÕES DOS PGTA:

- Criar diretrizes e referenciais curriculares para a Educação Escolar Indígena a nível do município e que estas estejam definidas na lei orgânica do município e reconhecidas pelo governo estadual e federal;

- Que a SEMEC estabeleça as sub -secretarias nas regiões administrativas conforme consta no Plano Municipal de Educação, considerando as Coordenadorias da FOIRN e territorialidades étnicas, de modo a atender as demandas específicas de cada região;
- A escolhas dos sub secretários(as) deve ser realizada por meio de assembleias regionais
- Aprovação pelas Secretarias Municipais e SEDUC dos PPPIs já finalizados e assessoria técnica e apoio financeiro para elaboração dos PPPIs ainda não finalizados;
- Prever, por meio de lei específica, a contratação de profissionais de notório saber (benzedores, pajés, parteiras) para ministrar aulas e oficinas nas escolas diferenciadas (encaminhamento para SEMEC, SEDUC, MEC);
- Que SEMEC, SEDUC, UFAM/Licenciatura Intercultural e outros parceiros destinem recursos e ofereçam assessoria para elaboração e publicação de materiais didáticos próprios de cada povo;
- Criação de um Conselho Físico para acompanhar com transparência o processo licitatório de merenda escolar e material didático;
- Retomar programa de compra de merenda regionalizada, cobrar do governo municipal e estadual para que destine os recursos direto para as Associações de Pais e Mestres Comunitário (APMCs) para compra de merenda regionalizada e propor readequações na política;
- Que as APMCs possam ter autonomia pedagógica e gerir recursos para acompanhar a implementação e gestão das escolas indígenas;
- Fazer parcerias com as Coordenadorias da FOIRN e Exército para a melhoria de transporte de material didático e merenda escolar;
- Organizar cronograma de licitação para merenda escolar de modo a garantir que a merenda chegue antes do início do ano letivo e em quantidade suficiente conforme número de alunos das escolas;
- SEMEC poderia realizar uma parceria com o Exército para o transporte de materiais e logística dessas construções, respeitando o Termo de Responsabilidade Interinstitucional assinado em fevereiro de 2017;
- Pressionar SEMEC/prefeitura/MEC para reforma e melhoria da estrutura física das escolas das comunidades, além das 50 que já foram contempladas;
- Que os cursos considerem as atividades/eventos e história do movimento indígena em seus currículos e cronogramas.
- Que o IFAM disponibilize acesso para formação dos estudantes do interior com apoio específico (transporte, moradia e bolsas).
- Que as intuições de ensino superior ofertem cursos conforme a demanda dos povos indígenas e ampliem a oferta desses cursos nos pontos estratégicos das coordenadorias por meio das pro reitoria de extensão.

SEDUC: Hoje a maior parte dos recursos está sendo repassado. Sistema do PAG, o governo repassa e isso é destinado as APMCS. É dividido, em manutenção, horta, material didático e material de expediente. Tudo esta caindo na conta das APMCS até para pagamento de gás. O problema que temos em relação a esse recurso, é com o Banco do Brasil. Problemas

burocráticos com o banco estão atrasando o pagamento. Busca por parceria com Exército para transporte de merenda. Temos Conselho estadual que fiscaliza a licitação de merenda. As decisões são feitas em Manaus, diferente da SEMEC. Sobre as reformas de escola. O maior problema é a escola de Querari, pela logística cara e complicada. As empresas que ganham a licitação desistem por conta das cachoeiras. Sobre considerar os eventos do movimento indígena nos programas, as escolas da área indígena já têm seus calendários diferenciados de acordo com suas especificidades.

SEMEC: Para 2018, teremos estruturação dos PPPs e encaminhamento para a secretaria de educação. Já estamos pensando a formação dos professores. É um projeto amplo porque são vários povos que falam diferentes línguas. Mas já existe uma agenda para estruturação desses projetos. Nós temos 5 pedagogos. Sobre publicação do material didático. Teremos oficinas em 2018 que vão atender a isso. Temos uma preocupação maior com a alfabetização. Sobre os movimentos, o calendário municipal, temos calendários para as escolas, mas a comunidade pode fazer as adequações necessárias contanto que se cumpram os 200 dias letivos que é o mínimo. Nós orientamos em envolver as crianças nessas atividades e pode contar como dia letivo. De 32 APMCs cadastradas, 10 não conseguiram prestar contas. Sobre o notório saber, é uma reivindicação antiga. A gente discute como valorizar esse sábio. Tem que entrar no plano de cargos e salários. Estamos dando foco no valor, para remunerar melhor os professores. Valorizar a experiência e a formação. Estamos revisando a lei. Já existe na lei os cargos de subsecretários para as 5 regiões administrativas.

IFAM: Desde 2010 o IFAM teve mais abertura com os povos indígenas, começou a reestruturar o Plano Político Pedagógico (PPP). Hoje há o Núcleo de estudos antropológicos e linguísticos. Tem objetivo de manter um diálogo mais aberto com a comunidade e também ouvir as demandas como um todo. Está se discutindo uma nova licenciatura. Nós criamos um conselho deliberativo com várias instituições parceiras para nos ajudar a pensar essas ações. Estamos revisando o PPP. Há uma preparação para assessoria linguística. Estamos fazendo uma inserção diferenciada dos alunos no interior. Vamos ter uma nova estratégia de acesso. Vai sair um novo edital – com redação em língua indígena e português. Demanda de cursos técnicos – nós dependemos do IFAM de Manaus, apesar da nossa autonomia. Precisamos de orçamento, estrutura etc.

UFAM: Acho que o movimento indígena precisa interagir na estruturação dos currículos. É assustador como os alunos da licenciatura não sabem nada do movimento indígena. Acho que ainda precisamos de licenciaturas aqui. Com uma pedagogia intercultural “de fato” e não reproduzir a pedagogia de fora. O curso tem que estar ligado a realidade local. Tem que incluir no notório saber o fazedor de canoa, cacuri, a plantadora de maniva, etc. A UFAM reconhece velhos conhecedores, foi difícil, mas hoje acontece. Temos que ter cuidado com a monetarização do notório saber porque é inserir uma lógica mercadológica num universo que é comunitário.

Debate: Problemas e dificuldades com transporte de alunos. Os pedagogos da SEMEC têm que falar a mesma língua, padronizar as orientações. Atraso na entrega de merenda. Falta de material didático. O movimento indígena é uma enorme escola. Falta de participação dos professores na elaboração de calendários.

Foto 1. Participantes da II Oficina do Grupo de Trabalho para elaboração dos PGTAs do Rio Negro. Ana Paula Silva/ISA



17/11 – sexta-feira

Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas: 3. Alternativas para Geração de Renda nas Terras Indígenas

Instituições: MMA, IDAM, SEMA/SIRN, FUNAI

Questão orientadora: Como é que as instituições vão ajudar a gente a gerar renda para que as pessoas possam ter o bem viver nas comunidades?

IDAM: A agricultura é o caminho mais indicado para o Rio Negro, pois indústrias tendem a não se instalar aqui. O IDAM perdeu 8 dos seus 9 técnicos em SGC. A região tem um desafio grande de merenda escolar e isso

só será sanado quando a merenda for regionalizada, sobretudo para locais mais distantes. O Programa de Abastecimento de Alimentos (PAA) foi um excelente programa, mas a tabela de preços da Conab era irrealista, pois os preços estavam extremamente abaixo do custo local.

SEMA/SIRN: Sobre o turismo em Terras Indígenas. Essa é uma preocupação nossa, pois volta e meia aparece alguém que argumenta que não deve haver geração de renda nas TIs. Eu, como secretária, não vejo impedimento para projetos de geração de renda, basta que a comunidade tenha interesse. Atualmente se busca envolver as comunidades no turismo de pesca esportiva, ecoturismo e turismo de base comunitária.

ICMBio: O Parque Pico da Neblina tem sobreposição com 4 Terras Indígenas e 1 reserva extrativista estadual. Nós acreditamos que essa sobreposição é positiva e é possível estabelecer o diálogo entre as diferentes instâncias de proteção e preservação. Para se ter essa conciliação, é necessário conciliar os planos de gestão das Terras Indígenas com o plano de manejo do parque. Isso leva a uma gestão compartilhada do território. Especificamente sobre geração de renda, há a atividade de ecoturismo no Pico da Neblina – Yaripo. Para o plano de turismo, foi discutido junto com as comunidades quem seria o público alvo, a quantidade de passeios e visitas, as trilhas que podem ser usadas, quem deve acompanhar o turista/guias, inclusão de gênero e geracional. O papel dos guias, dos jovens, das cozinheiras e dos anciões foi também discutido com a comunidade. Vamos buscar estimular a venda dos produtos da roça para os pacotes turísticos afim de reduzir a geração de resíduos sólidos e gerar renda. Há também o trabalho de turismo de base comunitária nas Serras Guerreiras (mais abaixo no curso do Rio Negro).

FUNAI: É importante diferenciar as funções entre a CGGAm/Funai que trabalha com gestão ambiental e as funções da CGEtno/Funai que trabalha com desenvolvimento e geração de renda. discussão que se tem na Funai não de impedir a geração de renda nas comunidades, mas sim de se tomar cuidado com a renda que entra nas comunidades para não gerar desigualdade nas aldeias. Um modelo de renda para as comunidades, portanto, precisa valorizar os modos de produção próprios da população indígena que está trabalhando. A Funai fez muito esforço para criar uma série de iniciativas para ajudar as populações, como a criação do Selo Indígena. Também é importante destacar que não existe política pública sem recurso. A PNGATI tem como objetivo angariar recursos para viabilizar as atividades de boa gestão nas TIs, incluindo produção sustentável.

MMA: o que a gente propõe é uma alternativa ao ‘canto de sereia/do encantado’ do garimpo, da mineração, do desmatamento. Este ‘canto’ só funciona para alguns e os demais herdaram uma terra pobre. Apresentação ‘alternativas para gestão de renda nas Terras Indígenas’: o eixo 5 do PNGATI. Se houver uma atividade não tradicional, deve haver estudo sobre o impacto desta atividade nos modos tradicionais de vida das comunidades impactadas.

Debate: Como fazer o monitoramento e fiscalização destes projetos de turismo? Como as instituições vão auxiliar a organizar marcas, rótulos, embalagens para vender os nossos produtos? Existe um protocolo de consulta que deve ser desenvolvido dentro do PGTA para ser usado como insumo pelas empresas que buscam parcerias com os povos indígenas. Outro assunto que é de interesse de discussão é o pagamento por serviços ambientais. Esse é um tema que o movimento indígena precisa se apropriar. Sobre a questão da biopirataria, há uma coordenadoria trabalhando na regulamentação/elaboração de lei para garantir reconhecimento do conhecimento tradicional relacionado a biodiversidade. Importante falar do monitoramento indígena, no caso do Yaripo, eles é que vão fazer esse monitoramento, inclusive na gestão administrativa, isso é protagonismo.

Mesa de Diálogo com as Instituições Públicas 4: Saúde.

Instituição Pública Participante: DSEI Rio Negro
Apresentação dos destaques das discussões sobre saúde nos dias anteriores:
Recomendações das discussões dos PGTA

Reconhecimento de pajés, benzedores e parteiras

Como o DSEI pode incorporar esses profissionais em sua equipe?
Como podemos implementar uma compensação/ajuda de custo para esses profissionais (tradicionais) de saúde? Garantias no planejamento orçamentário das instituições de saúde.

Valorizar o uso de remédios tradicionais/da floresta

Como o DSEI poderia incorporar o uso de remédios do mato/tradicionais?

Polos-base

Parece que a população não está esclarecida sobre a mudança dos locais ou construção de novos polos. Precisamos de uma melhor comunicação entre DSEI e a comunidade sobre os locais estratégicos para construção ou mudança dos polos.

Por que as construções e reformas estão atrasadas?

Casa de apoio para AS/TACIS

Manutenção da casa de apoio para os AS/TACIS na cidade de S. Gabriel. Mobiliário, limpeza e outras necessidades.

Identificamos problemas de comunicação entre os médicos estrangeiros e a comunidade – Existe previsão de aulas de português para os profissionais? E treinamento antropológico para esses médicos? Como melhorar a comunicação entre equipe e as comunidades?

Por que algumas equipes não permanecem nas comunidades? Ao invés de ficar indo e voltando para a cidade, ocorrendo um gasto alto de combustível? 30 dias em campo, 30 dias de atendimento e não contando tempo de deslocamento.

Como está a seleção de profissionais? Quem compõem a comissão de seleção? Quais são os critérios? Reivindicação de maior transparência e publicação sobre o processo de seleção.

Recomendações

Resgate – Agora que existe uma equipe de resgate precisa informar as comunidades como isso funciona para não acontecerem mal entendidos. Por exemplo alguém faz a remoção de paciente por sua conta e não consegue o combustível de retorno. Comunidades precisam de maior esclarecimento do papel dos TACIS em prevenção e promoção de saúde

Queremos que o apoiador técnico Maximiliano Menezes participe dos planejamentos do DSEI e que o planejamento de atendimento às comunidades seja feito anualmente em parceria entre DSEI e diretoria da FOIRN

Como está o processo de criação de um DSEI e programa de atendimento específico para os povos Yuhupdeh/Hupdah?

Prevenção abuso uso do álcool e drogas

Saúde da mulher

Efeitos do excesso consumo de alimentos industrializados na saúde

O DSEI poderia promover esses programas em parceria com o movimento indígena? Existem recursos?

Apresentação institucional da coordenadora do DSEI Rio Negro: Liz Firmo

Debate: Muitas perguntas de entendimento sobre a localização dos polos base e reclamações sobre: atendimento pouco humanizado, pouco tempo das equipes em área e dificuldade de entendimento entre pacientes e médicos estrangeiros. Tem aumentado o número de cesáreas e os casos de violência obstétrica, como o DSEI poderia contribuir nessas questões?

Qual a estratégia do DSEI para combater a epidemia de Malária no rio Negro, considerando que recentemente um biólogo foi contratado para trabalhar com essa agenda? E na temática suicídios e jovens, quais são os planos do DSEI para a região?

Respostas da Liz Firmo: O DSEI está aberto para trabalhar em parceria, e aguarda um projeto da FOIRN sobre “medicina tradicional”.

“Saúde não é ausência de doença. Saúde é família com roça, é bem estar”.

O DSEI já tem um plano de trabalho para lidar com os suicídios, projeto esse, em parte, baseado nos dados do Levantamento Socioambiental PGTA.

As equipes de área do DSEI precisam de treinamento e conhecimento prévio da sub-região de atuação e o DSEI deve se empenhar em preparar as equipes na humanização do atendimento.

Um dos problemas da epidemia de malária é o abandono do tratamento e da medicação, aumentando as possibilidade de transmissão e o número de reincidência per capita.

Giovana (CASAI): há casos graves de violências sexuais e obstétricas contra mulheres indígenas, bem como tem aumentado o número de óbitos gestacionais. A ideia é incentivar que o pré natal seja feito com parteiras e a vontade do DSEI é promover cursos de parteiras.

Foto 2. Dabucuri de encerramento da II Oficina do Grupo de Trabalho para elaboração dos PGTAs do Rio Negro. Juliana Radler/ISA



18/11 - sábado

Avaliação da oficina e Dabucuri

Em duplas os participantes escolheram uma palavra ou pergunta reunidas em um mural, refletiram sobre ela considerando a elaboração dos PGTA e a II Oficina do GT. Em seguida houve uma rodada de apresentação de cada dupla. Alguns destaques foram:

“Direitos”: PGTA como instrumento e agenda de luta de direitos e informação.

“Diálogo”: para resolução de conflitos, para o fortalecimento do movimento indígena, em respeito à diversidade e as culturas indígenas, mais diálogo entre as comunidades indígenas e com as instituições públicas.

“Compromisso” e “Expectativas”: Respeito e compromisso às propostas do povo rionegrino pelos setores governamentais. Compromisso dos participantes em levar o que foi discutido para as bases. Compromisso das instituições que participaram em manter o diálogo e construir parcerias.

“Território”: base para a proteção do sistema cultural e convivência entre indígenas. Consolidar alianças de gestão entre Colômbia e Brasil.

“O que faltou?” Participação dos gestores públicos municipais. Espaço e condição para a participação das mulheres indígenas. Cumprimento dos horários da programação e Tradução para as línguas indígenas.

A II Oficina do GT PGTA das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro foi divulgada por meio de Notícias Socioambiental no Site do ISA:
<http://isa.to/2n7dHSG>.

E pela rede de comunicadores do Rio Negro, por meio do audio Wayuri:
<https://soundcloud.com/wayuri-audio/wayuri-boletim2-06122017>